


DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672594865>

De dramas a outros dramas: os processos cognitivos nas Ciências Sociais

From dramas to other dramas: cognitive processes in the Social Sciences

Des drames à d'autres drames: les processus cognitifs en Sciences Sociales

De dramas a otros dramas: los procesos cognitivos en las Ciencias Sociales

 **Reginaldo Teixeira Perez**
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo Tomando como referência a obra de William Foote Whyte, *Sociedade da Esquina – a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*, em seu Anexo A, trata-se, no texto em tela, de narrar uma experiência que conjuga uma vivência em uma cidade “estranha” (Rio de Janeiro) com as exigências de elaboração de uma tese doutoral. O termo unificador das duas situações – drama – traduz o sentimento prevalecente que orienta a narrativa. O contato com uma cultura diferente, a convivência em um ambiente acadêmico caracterizado pela severa competição e as indefinições acerca do objeto a ser pesquisado produzem impactos significativos sobre exercícios cognitivos particulares, necessários ao fazer Ciência Social. Impossível a desconexão entre o sentir e o pensar, condição ao conhecer. Se o sentir é marcado pelo desajuste, a reflexão torna-se agônica – e a construção racional de uma obra acadêmica, um martírio. Com esses ingredientes, propõe-se um alinhamento entre o viver (experimental) e o criar nas Ciências Sociais, ambas situações dramáticas.

Palavras-chaves: Processos cognitivos; Ciências Sociais; Narrativa de experiências; Memória; Dramas.

Abstract: Taking as a reference the work of William Foote Whyte, *Street Corner Society – the social structure of a poor and degraded urban area*, in its Appendix A, it is about, in the text on screen, narrating an experience that combines a life experience in a 'strange' city (Rio de Janeiro) with the requirements for the preparation of a doctoral thesis. The unifying term of the two situations – drama – translates the prevailing feeling that guides the narrative. The contact with a different culture, the coexistence in an academic environment characterized by severe competition, and the uncertainties regarding the object to be researched produce significant impacts on particular cognitive exercises necessary to make Social Science. Impossible to disconnect feeling from thinking, a condition for knowing. If feeling is marked by mismatch, reflection becomes agonizing – and the rational construction of an academic work becomes a martyrdom. With these ingredients, it is proposed to align living (experiencing) and creating in the Social Sciences, both dramatic situations.

Key-words: Cognitive processes; Social Sciences; Narrative of experiences; Memory; Dramas.

Résumé: En prenant comme référence l'œuvre de William Foote Whyte, *Société de l'Angle – la structure sociale d'une zone urbaine pauvre et dégradée*, dans son Annexe A, le texte cherche à relater une expérience qui combine une vie dans une ville "étrange" (Rio de Janeiro) avec les exigences d'élaboration d'une thèse de doctorat. Le terme unificateur des deux situations – le drame – traduit le sentiment prévalent qui oriente la narration. Le contact avec une culture différente, la vie dans un environnement académique marqué par une forte concurrence et les incertitudes concernant l'objet de recherche produisent des impacts significatifs sur des exercices cognitifs particuliers, nécessaires à l'élaboration de la Science Sociale. Il est impossible de dissocier le sentir et le penser, condition nécessaire à la connaissance. Si le sentir est marqué par le désajustement, la réflexion devient tourmentée et la construction rationnelle d'une œuvre académique, un martyre. Avec ces ingrédients, il est proposé un alignement entre le vivre (expérimenter) et le créer dans les Sciences Sociales, les deux situations étant dramatiques.

Mots-clés: Processus cognitifs; Sciences Sociales; Narration d'expériences; Mémoire; Dramas.

Resumen: Tomando como referencia la obra de William Foote Whyte, *La Sociedad de la Esquina*. La estructura social de un barrio bajo italiano, en su Anexo A, se trata, en el texto que nos ocupa, de narrar una experiencia que conjuga una vivencia en una ciudad "extraña" (Río de Janeiro) con las exigencias de la elaboración de una tesis doctoral. El término unificador de las dos situaciones – drama – traduce el sentimiento prevaleciente que orienta la narrativa. El contacto con una cultura diferente, la convivencia en un ambiente académico caracterizado por la severa competencia y las indefiniciones acerca del objeto a investigar producen impactos significativos sobre ejercicios cognitivos particulares, necesarios para hacer Ciencia Social. Imposible la desconexión entre el sentir y el pensar, condición para conocer. Si el sentir está marcado por el desajuste, la reflexión se hace agónica –y la construcción racional de una obra académica, un martirio–. Con estos ingredientes, se propone un alineamiento entre el vivir (experimentar) y el crear en las Ciencias Sociales, ambas situaciones dramáticas.

Palabras clave: Procesos cognitivos; Ciencias Sociales; Narrativa de experiencias; Memoria; Dramas.

Momentaneamente afastado do teatro das atividades públicas e não podendo também me dedicar a nenhum estudo continuado, em virtude do precário estado de minha saúde, vejo-me na solidão reduzido a refletir por um instante sobre mim, ou melhor, a encarar os acontecimentos contemporâneos nos quais fui ator ou dos quais fui testemunha. Parece-me que o melhor emprego que posso fazer de meu ócio é o de reconstituir esses acontecimentos, descrever os homens que deles vi participar e assim clarificar em minha memória, na medida do possível, os traços confusos que formaram a fisionomia indecisa de meu tempo. (Tocqueville, 1991, p.33)

Preliminares

Motivado pelos debates em sala de aula, na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa (no segundo semestre de 2023) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), ministrada conjuntamente com as colegas Laura Senna Ferreira e Zulmira Newlands Borges, sobre o texto de autoria de William Foote Whyte, *Sociedade da Esquina – a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*, em seu Anexo A, redigido 40 anos após a experiência etnográfica em um bairro periférico de Boston (Massachusetts/EUA), escrevo estas linhas buscando conectar um processo cognitivo (a feitura de minha tese doutoral) com uma experiência de vida, o período de cinco anos (1993-1998) vividos na cidade do Rio de Janeiro. Ou o mais correto seria o contrário? A experiência de vida conjugada com a elaboração da tese doutoral? Creio ser impossível uma resposta honesta a esse questionamento.

Um esclarecimento liminar: foram três anos e meio de trabalho acadêmico na Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM), desde o final de agosto de 1989 até a ida para o Rio de Janeiro, em fevereiro de 1993, onde permaneceria até fevereiro de 1998. E foi naquele período que entrei em contato com um conteúdo relativamente novo para mim: as tradições mais longevas do pensamento político brasileiro. Em destaque, a diáde liberalismo/conservadorismo e suas bordas um tanto borradas no Brasil imperial. Eu tinha colegas no então Instituto de Estudos Políticos e Sociais da UFSM, especialistas na área, com os quais travei ricas e gratificantes conversações. Quando já no Rio de Janeiro, atrasei em um ano o trabalho por conta da demora na elaboração da tese. Chegando ao Rio, contei com o auxílio de um “primo segundo” (primo de meu pai), que lá morava há alguns anos. Fiquei um mês coabitando com ele até encontrar um pequeno apartamento, no mesmo prédio que o dele, para alugar. Ali seria a minha casa – e refúgio – no bairro da Tijuca, na Zona Norte. Como eu pretendia ficar apenas um ano na cidade (enquanto cursaria as disciplinas obrigatórias), pensei inicialmente em ficar em um hotel, mas algo me incomodava nessa opção. Também não considerei buscar moradia na Zona Sul: preços dos aluguéis, tentações da praia etc. Quando conheci a Tijuca, nada obstante a distância do IUPERJ (que ficava em

Botafogo/Zona Sul), achei que aquele ali seria um bom lugar para morar. E eu teria à disposição o transporte do metrô. Bem, em vez de um ano, lá permaneci por cinco anos¹.

As coisas não foram fáceis, em nenhum sentido. Em primeiro lugar, o calor sufocante – destacadamente, na Zona Norte. Afora a fama, plenamente justificada, de excelência acadêmica, eu pouco sabia do IUPERJ. Conhecia a maioria dos professores pelo nome e pelas suas obras; alguns, eu desconhecia. Mas já nas primeiras aulas percebi o porquê da fama: o excepcional desempenho dos mestres me impressionava. Vasto conhecimento e sofisticação analítica conciliada com refinadas interpretações. O exemplo primeiro a ser citado é o de Renato Lessa, que combinava elegância retórica com notada erudição em suas aulas de Teoria Política I. A sua leitura de Maquiavel e de outros pensadores clássicos era dotada de originalidade: desfilava-se pelo veio cético; transitava do pensamento grego aos pensadores contemporâneos com desenvoltura. Uma maravilha de se assistir e aprender. Eu já havia sido brindado com o brilho intelectual do professor José Antônio Giusti Tavares quando de minha passagem no curso de Mestrado em Ciência Política da UFRGS (1985-1988), também uma sumidade em Teoria Política, mas o IUPERJ era o IUPERJ, lugar em que todos/as eram “Tavares”.

O encontro com o orientador

Nos corredores sorumbáticos do IUPERJ², eu já ouvira falar de um professor de fala mansa, gentilíssimo e de vasta erudição que por lá transitava – e que era reconhecido por ser um grande “especialista dos anos 1950 no Brasil”³. Tratava-se de Cesar Guimarães, que ministrou a disciplina de Teoria Política II (segundo semestre do curso), e dava as suas aulas como se estivesse conversando descontraidamente em um bar. Sua voz sempre baixa equilibrava erudição com fina inteligência – tudo temperado com sutilezas e ironias. Em suas aulas, era preciso sentar-se perto dele, pois, se não, pouco se ouvia. E todos se esforçavam para manter o maior silêncio possível; não se queria perder nada. Era alguém que transpirava honestidade cognitiva – talvez a melhor definição de um intelectual do porte de Cesar Guimarães seja a de um marxista autocrítico. Considerava elementos materiais à profusão de ideários, mas ao mesmo tempo sublinhava a potência da autonomia do universo ideológico e

¹ Não sei exatamente o porquê, mas me vem à lembrança o personagem Hans Castorp, da obra literária *A Montanha Mágica* (escrita por Thomas Mann e lançada em 1924), que vai visitar um amigo em um sanatório (Davos/Suíça) e lá permanece por muito mais tempo do que o previsto. A vida, o amor e a morte – além da passagem do tempo – são temas importantes na obra. Tome-se como referência Bradbury (1989).

² No casarão onde se situa o IUPERJ, na rua da Matriz, nº 82, em Botafogo/RJ, comentava-se que ali havia uma hierarquia informal bastante rígida: eram os professores/pesquisadores em um primeiro plano, os funcionários em um segundo plano (bem inferior), os gatos (havia gatos em grande quantidade na instituição) e, finalmente, nós, os alunos (mestrandos e doutorandos). Detalhes: os gatos aos quais me refiro tinham aparência sofisticada – e jamais deram a menor importância para mim (não sei em relação aos meus colegas).

³ Em movimentações conjuntas pelo bairro de Copacabana, Cesar apontava para os edifícios e contava, detalhadamente, a história de cada um – foram, em muitos casos, construídos lá pelos idos de 1950. A minha perplexidade só aumentou quando ele fez o mesmo ao me narrar a história da rede dos hospitais federais do Rio de Janeiro. Para uma breve biografia intelectual do referido professor, ver Moravia; Rezende (2019).

simbólico. Era nesses espaços de intersecções indefinidas que parecia sentir-se mais à vontade.

Não sei de onde tirei coragem, mas em algum momento do segundo semestre solicitei a ele uma entrevista (eu estava buscando, literalmente, uma orientação); e, para minha perplexidade, ele aceitou e, amigavelmente, me recebeu para uma conversa. O projeto de pesquisa que eu submeti à seleção do doutorado era, nos termos do próprio Cesar, “desarticulado” – creio que ele foi, uma vez mais, gentil. Penso que era bem mais grave do que isso. Tratava-se, originalmente, de algo próximo ao “Liberalismo no Brasil”. Mas era carente de tudo – a ponto de eu não saber como, até hoje, eu ter sido aprovado naquela seleção. A propósito, a defesa do meu projeto de pesquisa na banca de qualificação – que ocorreu em dezembro de 1993 (final do primeiro ano de curso) – foi algo que eu classificaria como “constrangedor”. Em minhas escusas, alegaria que eu tinha tido pouco – ou nenhum – tempo de revisar o texto durante o ano, pois estava envolvido com as disciplinas (e que exigências em termos de leituras elas traziam!). Em suma, a avaliação era de que eu tinha de “mudar tudo” – de preferência, de tema.

Desde as nossas primeiras conversas, Cesar referia-se a intelectuais brasileiros⁴ – lembre-se que eu desejava estudar o Liberalismo no Brasil – e citava, com alguma frequência, Roberto Campos. De minha parte, houve alguma resistência em estudar um autor singular – e confesso que não me parecia algo atraente pesquisar sobre o ideário de Campos. Eu não o conhecia suficientemente (muito pelo contrário), mas o pouquíssimo que conhecia não me seduzia (admito que estou empregando um eufemismo).

O período que se sucedeu à defesa da qualificação de meu projeto (final de 1993, primeiro ano de curso) até, finalmente, a decisão pelo que seria o tema da tese, algo em torno de um ano e meio, foi um dos mais angustiantes de minha existência. A pergunta que a mim se impunha era (parafraseando o título de texto clássico de V. I. Ulianov, mais conhecido como Lênin): o que fazer? Enquanto concluía os créditos no decorrer de 1994 (foram várias disciplinas), eu tinha uma rotina que era de alguma forma desviada da minha preocupação nuclear: era preciso encontrar um tema à feitura de uma tese de doutorado. O tempo estava se escoando; o prazo estava quase pela metade – e nada! A agonia só se ampliava. Estou lembrado de uma sexta-feira – lá pela metade de 1994 – em que eu tivera (mais) uma conversa com o Cesar que se iniciou no meio da tarde (16h). E, dado o teor da conversa – confirmado o quadro de indefinições sobre o que fazer –, não lembro de como cheguei em casa⁵, algo que deve ter ocorrido já à noite. O trajeto do IUPERJ até a minha casa durava algo em torno de uma hora: caminhada de 10/15 minutos até o metrô – tanto de casa até à estação Praça Saenz Peña/Tijuca, quanto do IUPERJ até a estação Botafogo – e 30 minutos no trem. Estou

⁴ Cesar Guimarães é um dos intelectuais brasileiros citados pelo estudioso francês Daniel Pécaut (1990).

⁵ Anos após o término da tese, já de volta à labuta na UFSM, assisti a um filme de animação israelense, intitulado *Valsa com Bashir* [Direção: Ari Folman; 2009], e ali me identifiquei com o personagem que se entrevista com um psiquiatra para tentar entender o que ocorreu com a sua memória em relação à Guerra do Líbano (início dos anos 1980), na qual havia servido como soldado do exército de Israel. A resposta parece se aproximar do seguinte: diante de um trauma, podemos “apagar” de nossa memória um sofrimento intenso. Suspeito que experimentei essa situação no decorrer daquele ano e meio de indefinições.

certo de que a minha memória se reconstituiu no sábado pela manhã, quando veio à minha mente a saída pelo portão do IUPERJ já à noite – mas daí em diante há um apagão.

A propósito, julgo oportuno narrar fato peculiar ocorrido naquela quadra: os meus contatos com o meu primo quando vivíamos em Porto Alegre eram poucos e infrequentes, mas no Rio desenvolvemos uma fraterna amizade. De minha parte, é impossível esquecer a ajuda dele quando de minha chegada naquela cidade, mas sempre achei curioso que ele morasse na Tijuca, um bairro da Zona Norte, quando poderia habitar as delícias da Zona Sul, lugar mais compatível com a sua condição de alguém de classe média (era um químico com cursos de especialização em risco ambiental). Nas nossas conversas, questionei-o sobre isso e ele desconversava, até que em algum momento fez menção a “buscar encontrar a essência humana” (ou algo parecido) e, para ele, o viver na Zona Norte conferia maiores oportunidades para isso. Além disso, havia aderido à filosofia oriental através da religião: virou praticante do hinduísmo e vocalizava o *o-daimoko* com uma voz muito alta, a ponto de os transeuntes na rua ouvirem os seus (estranhos) sons. Com o escoar do tempo, ainda no meu primeiro ano por lá (1993), percebi nele sinais de ansiedade excessiva – sempre muito controlada. Em fevereiro de 1994, quando voltei de Porto Alegre para as aulas que se iniciariam em março no IUPERJ, percebi algumas manchas no seu pescoço e feridas pelo corpo que não saravam. Logo, começaram as internações no INCA (Instituto Nacional do Câncer), situado no Centro Histórico do Rio. Em uma dessas internações, fui visitá-lo e ele admitiu que havia sido infectado pelo vírus HIV – seguindo-se toda a história de discriminação familiar, o que motivou a sua transferência para o Rio. Naquela época, ainda não estavam disponíveis os recursos terapêuticos que contamos hoje, e a morte era certa. A nossa amizade só se aprofundou e esse drama teve um fim em 29 de outubro de 1994, um sábado, quando recebi a notícia de seu falecimento. No final da tarde daquele sábado, diante do corpo dele sem vida em uma capela do Cemitério do Caju, zona portuária do Rio, caía uma chuva fraca, mas curiosamente raios de sol entrecortavam os finos filetes de água.

Da escolha do tema às dúvidas metodológicas

Depois de muito relutar – na verdade, foi algo muito mais intenso do que isso –, findei por concordar com uma pesquisa sobre o ideário de Roberto Campos. Não lembro exatamente quando isso ocorreu, mas deve ter sido entre os meados e o final de 1995, o que me conduziu imediatamente à pesquisa. É de se reconhecer o peso em minha decisão de um comentário esparsa de Cesar: “Campos venceu o debate nos anos 1950”. No momento em que ouvi aquela frase, assaltou-me a pergunta: como assim? Roberto Campos já participava de querelas públicas nos anos 1950? Até isso eu desconhecia. Anunciada ao Cesar a minha intenção (o mais correto é reconhecer a minha concordância com a sua proposta), traçamos as primeiras linhas do trabalho. E aqui uma (aparente) surpresa: juntamente ao levantamento do material relativo à longa trajetória de Campos, Cesar demonstrou imediata preocupação com os aspectos metodológicos da pesquisa. O “que” fazer veio acompanhado do “como” fazer.

Curiosidade: da angústia sobre o que (não saber) fazer, sobreveio a energia para a pesquisa que se desenhava. E iniciei as movimentações: pela manhã, peregrinava pelas bibliotecas (lembre-se de que não havia internet nem, muito menos, conteúdos digitalizados) e buscava materiais – destacadamente, textos de Roberto Campos e sobre ele. Mas não poderia desprezar, igualmente, trabalhos sobre o longo período a ser vasculhado. Lembro-me de minhas passagens (várias) pelas Bibliotecas Nacional, PUC-Rio, Assembleia Legislativa e os lugares onde encontrei mais materiais – na FGV/RJ, além, evidentemente, da volumosa biblioteca do IUPERJ. Ocorre que a (enorme) biblioteca da FGV estava em reformas, e tive de manusear os livros espalhados por inúmeras salas sem catalogação. Um inferno! Ademais, creio que conheci todos os sebos do Centro Histórico do Rio de Janeiro. Nas tardes, ficava em casa organizando os materiais (colocando-os em alguma ordem) e lia sofregamente os textos indicados pelo Cesar – e outros – para enfrentar a “questão metodológica” da tese. Os dramas se redefiniam, e o tempo continuava passando muito rapidamente.

A vinda para o Rio Grande do Sul estava adiada e sem data para retorno. Com o volume de materiais que eu acumulava, fui percebendo a tarefa hercúlea que me aguardava. Acabei contratando uma secretária⁶, que me auxiliou com denodo na organização e na catalogação do material. Entre os finais de 1995 e o início de 1996, eu já possuía um volume razoável de documentos, e as leituras se intensificavam. Em especial, eu tentava decifrar os argumentos contidos em *Meaning and understanding in the history of ideas*, de autoria de Quentin Skinner (1988), autor até então pouco conhecido por mim, e que Cesar insistia que deveria ser a nossa primeira e principal referência metodológica. As dificuldades foram enormes, haja vista as línguas estrangeiras a serem enfrentadas e o entorno filosófico das elaborações skinnerianas.

Bem mais difícil ficou a situação do trabalho quando me foi restando claro o que significavam, exatamente, as proposições metodológicas ali contidas: tratava-se de uma contextualização através da perspectiva linguística, na qual os participantes se apresentavam com as suas posições consideradas pelos seus atos de fala; ou seja, tomavam-se as palavras como ações. Em suma: as ideias de Campos seriam apresentadas naquela quadra histórica específica considerando-se, conjuntamente, os posicionamentos dos demais atores envolvidos no debate. O objetivo primeiro era a exposição das ideias do intelectual brasileiro como ideólogo, mas a forma pela qual se faria isso seria pelo contraponto aos demais participantes dos debates públicos. Bem entendido, o objeto específico a ser focado era a escritura própria do pensador, mas de forma contextualizada e interiorizada em um mosaico de representações.

Mais recentemente, autorizado estudioso do aporte metodológico skinneriano publicaria artigo didático expondo o *core* do pensar daquele historiador e metodólogo britânico:

⁶ Selma Maria Holanda, de cuja amizade até hoje desfruto.

Em geral, afirmava Skinner, as interpretações contemporâneas acerca das ideias do passado tomavam conceitos e argumentos sem a devida consideração de seus significados originais, transformando os antigos em parceiros de um debate do qual jamais poderiam ter participado. Se para o âmbito genérico da história da filosofia o anacronismo já seria anátema, em relação à teoria política o erro estaria amplificado na medida em que, diferentemente de formas mais abstratas da elaboração filosófica – os tratados de lógica são o caso mais extremo –, os trabalhos da filosofia política seriam elaborados como atos de fala (cf. Austin, 1962) de atores particulares, em resposta a conflitos também particulares, em contextos políticos específicos e no interior de linguagens próprias ao tempo de sua formulação. Cada autor, ao publicar uma obra de teoria política, estaria portanto ingressando num contexto polêmico para definir a superioridade de determinadas concepções, produzindo alianças e adversários, e buscando a realização prática de suas ideias. Nesta chave interpretativa, sendo a elaboração de um tratado de filosofia política e social uma ação, a questão do seu significado deveria se confundir com aquela da sua intenção, sendo esta apreendida no ato de fazer (*in doing*) a própria obra ou asserção. Daí a reivindicação metodológica mínima conformada na noção de que, de um autor não se pode afirmar que fez ou quis fazer, que disse ou quis dizer, algo que ele próprio não aceitaria como uma descrição razoável do que disse ou fez (Skinner, 1969, p.28). Disso resulta que a correta compreensão de uma ideia ou teoria só poderia se dar pela sua apreensão no interior do contexto em que foram produzidas. Resulta também que o objeto da análise historiográfica é deslocado da ideia para o autor, do conteúdo abstrato da doutrina para a ação ou performance concreta do ator num jogo de linguagem historicamente dado. (Jasmin, 2005, p.28)

Bem entendido, o plano era produzir uma espécie de “biografia intelectual” (ou algo assemelhado) de Roberto Campos, lastreada, de um lado, no contexto (meio século de política e economia brasileiras) e, de outro, no seu veio polemista. Bem mais tarde, ministrando disciplinas de graduação, já de volta aos trabalhos na UFSM, elaborei um esquema simplificado com os passos que perfazem o aparato metodológico skinneriano: (i) definir o período, juntamente à escolha e à delimitação temática; (ii) lembrar dos fatos mais importantes afeitos ao tema; (iii) pesquisar sobre os fatos mais importantes no período; (iv) identificar os *corpora* ideológicos que por lá transitavam; (v) conhecer os participantes dos debates (os mais e os menos importantes); (vi) fazer o mapeamento (fluxograma); (vii) identificar as posições dos participantes dos debates; (viii) situar as posições no espaço/tempo; (ix) apresentar os alinhamentos e as contraposições; e (x) transformar tudo em texto.

Penso que caiba um brevíssimo comentário compreendendo a figura cognitiva da “interpretação”. Uma das dúvidas que me perseguiu nessas últimas duas décadas e meia acerca do escopo metodológico do trabalho dizia respeito a um possível excesso de positividade inscrito nas formulações skinnerianas: não prevaleceriam ali elementos demonstrativos, em detrimento de fatores epistêmicos mais modestos associados à interpretação? Admito que não tenho respostas a esse questionamento. De outra parte, sinto-me seguro para me acossar à diferenciação weberiana entre neutralidade científica (impossível) e isenção acadêmica (necessária). A esse respeito, não enxergo melhor esclarecimento do que nas perorações de Norberto Bobbio, no texto *Pareto e a crítica das*

ideologias: a racionalidade acadêmica requer que se “compreenda *antes* de se condenar” (s./d., p.154).

Nesse quadro descrito por mim como dramático da elaboração da tese doutoral – e realmente o foi –, dois fatores podem ser considerados decisivos no encaminhamento dos trabalhos (e que eu não me furtaria de qualificar como sorte): (i) o lançamento, em 1994, da obra de memórias de Roberto Campos, *Lanterna na Popa – Memórias*; e (ii) a leitura do livro de Ricardo Bielschowsky, *Pensamento Econômico Brasileiro – O ciclo ideológico do desenvolvimentismo* (1988). Na primeira, eu teria a vida intelectual do pensador que se encontrava sob a minha vista retratada por ele mesmo; no segundo, além da precisão do resgate das correntes dos economistas brasileiros no intervalo de 1930-1964, o que incluía a primeira fase do ideário de Campos, notava-se uma preocupação descritiva do autor que transpirava isenção. Aquela forma de escritura me fascinou. Mais: foi ali que a provocadora afirmação do Cesar de que Campos teria vencido os debates nos anos 1950 recebeu homologação acadêmica: “Campos apostou na industrialização pela via da internacionalização de capitais e do apoio do Estado e venceu” (Bielschowsky, 1988, p.124), afirmaria, sem peias, um dos principais historiadores econômicos brasileiros.

O volume de material manuseado e a rotina de trabalho (leituras e fichamentos)

Entre os finais de 1995 e os inícios de 1996, já tendo uma ideia, mesmo que imprecisa, do volume de material a ser manuseado e já tendo iniciado as leituras e os fichamentos de forma rotineira, a quantidade de páginas a serem percorridas apresentava-se à minha frente: em torno de 60 mil. Em relação à produção especificamente camposiana, seriam aproximadamente 560 artigos de jornal (maioria) e textos acadêmicos (artigos e capítulos de livros), grande parte compilada em 20 livros. Adotei uma rotina espartana de leituras – algo em torno de oito horas de leituras diárias, incluído o sábado pela manhã. Com esses 11 turnos, eu conseguiria ler (e fichar) aproximadamente de 500 a 600 páginas por semana – considerando-se uma média de 40 a 80 páginas diárias. Mas a média ficou em 50 a 60 páginas por dia.

Um outro lance de muita sorte foi a oferta de uma disciplina – ministrada por Cesar Guimarães – no 1º semestre de 1996. Intitulava-se *Seminários de Pesquisa* e acontecia às terças-feiras à noite⁷. Os procedimentos limitavam-se a apresentações dos projetos de pesquisa dos matriculados – e, de imediato, vinham os comentários do professor. Aqui, narro uma peraltice minha: como eu permanecia muito agoniado com o caminhar do meu trabalho, definitivamente atrasado, adotei uma atitude temerária. Quando os colegas (todos muito

⁷ Após às aulas, já tarde da noite, saíamos para jantar e as (deliciosas) conversas se estendiam pela madrugada. Nada como poder desfrutar de uma cidade cosmopolita como o Rio de Janeiro e de seus restaurantes típicos. Descendente de portugueses, Cesar conhecia “todos” os restaurantes de culinária portuguesa – especialmente, os que serviam bacalhau e dispunham de um bom vinho tinto.

qualificados!) terminavam as suas apresentações (era uma por dia de aula), eu dava um jeito de me antecipar ao Cesar e apresentava questões (supostamente vinculadas aos trabalhos apresentados), mas que condiziam com dúvidas que eu possuía em relação ao meu trabalho. Na sequência, Cesar comentava os trabalhos enfrentando, também, as questões ventiladas por mim. Isso foi de uma ajuda enorme, além do intenso aprendizado.

Mais uma curiosidade, ainda em relação à disciplina de *Seminários de Pesquisa*: os/as colegas iam apresentando, considerando-se mais ou menos o estágio no qual a pesquisa se encontrava. E, por evidente, a minha apresentação foi uma das últimas, visto que o meu trabalho se encontrava, literalmente, no início. Na noite que me coube apresentar o plano de trabalho de minha pesquisa (essa era a melhor designação), já bem ao final do semestre letivo, uma surpresa: não lembro se concluí a primeira frase, e Cesar tomou a palavra e apresentou *todo* o desenho da pesquisa – em detalhes. Limitei-me a assistir a didática exposição e concluí: o meu notável orientador tem algum tipo de vínculo emocional com esse trabalho, embora não comigo e muito menos com o objeto específico (e humano), cujas ideias seriam vasculhadas. Em uma de nossas inúmeras conversas, ele se referiu a Roberto Campos – com o semblante constricto – como sendo “esse [adjetivo fortemente denegatório], que é mais inteligente do que toda a esquerda junta!”.

Deve ter sido lá pelos inícios de 1996 que percebi que não encontraria, em lugar algum, dois livros de autoria de Campos. Como último recurso, busquei o endereço do escritório do então deputado federal Roberto Campos pelo estado do Rio de Janeiro, para solicitar um auxílio. Liguei, expliquei rapidamente a situação, e recebi a informação que o escritório ficava na Av. Rio Branco, centro do Rio, e que eu poderia passar por lá para uma conversa (tudo com a secretária). Fui lá em um início de tarde e conversei com uma senhora (que deveria ser a secretária), expliquei-lhe quem eu era (de modo muito simplificado) e o que eu queria. Muito educada e receptiva, ela ouviu e estabeleceu uma condição para me emprestar os livros: eu teria 24 horas para devolvê-los. Irresponsavelmente, concordei – e já quando descia pelo elevador dei-me de conta que eu teria de procurar um xerox que copiasse as duas obras em 24 horas, ou seja, dois turnos. Quando encontrei um xerox ali perto, a resposta óbvia ao meu pleito veio de imediato: “Não há tempo suficiente para a cópia dos dois livros”. Nesse momento, lembrei-me de uma recomendação de meus colegas cariocas do IUPERJ: no Rio, quando der tudo errado, peça ajuda (de forma muito encarecida) às pessoas, e as coisas acontecem. Foi o que fiz e deu certo – e também fiz uma promessa de recompensa financeira para o atendente que me auxiliou. Definitivamente, mostra-se verdadeira aquela máxima que afirma: “O Rio de Janeiro não é para amadores”.

“Segue o baile”: a rotina de trabalho (continuidade de leituras e início da redação)

Como e quando iniciar a redação de um trabalho de larga dimensão? Para Cesar, não havia dúvida alguma: seria necessário ler “tudo” e depois começar pela introdução e seguir o trecho até o final. Não sei se lá pelo início do segundo semestre de 1996 eu tinha lido o “tudo” ao qual se referia o Cesar (certamente que não!), mas o que já havia lido (i) das

próprias mãos de Campos, (ii) sobre o Campos e (iii) sobre o contexto no qual ele se movimentava intelectualmente era algo que me causava insegurança – mais uma! A imagem que vem à mente é aquela de “tentar segurar a água na palma da mão”: por mais que cuidemos, ela teima em escorrer e, algum tempo depois, não dispomos de água alguma. Parece haver um limite ideal – volume, bem compreendido – às leituras necessárias ao início de uma redação textual que se promete muito alongada. Nesse momento, eu já havia passado pelas *Memórias* do economista (1.417 páginas lidas e fichadas), já havia (in)compreendido a arquitetura metodológica skinneriana e contava com a segura e consistente interpretação de Bielschowsky acerca das correntes de pensamento – com as suas nuances ideológicas – que perfaziam os ideários dos economistas no Brasil desenvolvimentista⁸.

Conforme preconizado por Cesar, iniciei a introdução da tese estendendo um resumo elaborado sofregamente: sim, com leituras anteriores, eu concebia os movimentos a partir de uma lógica que enredava (i) o amplo contexto social, político, econômico, cultural – sem prejuízo à posição do Brasil no mundo; (ii) as posições de Campos naquele tempo singular – ou as posições de um interlocutor que ativava as manifestações do economista; e (iii), por fim, explorava interpretações e/ou o estabelecimento de políticas públicas de certa feição – para sempre retornar e sublinhar as representações do objeto específico sob escrutínio: o que importava eram as manifestações de Campos naquela temporalidade específica. Não demorou para eu me aperceber que, além da bagagem de leituras anteriores – que eu admito não eram poucas – eu precisava manejar, à feitura de um capítulo, dois ou três textos de história, o mesmo tanto de textos de história econômica e alguns não poucos complementos. Dificilmente as exigências – em termos de textualidade básica – ultrapassavam oito a 10 textos, além das referências de Campos e de seus interlocutores. Esse me parecia ser o limite para que a “água não escorresse das mãos”. No entanto é evidente que muito mais material era mobilizado.

Bem mais recentemente, lendo um artigo do escritor e crítico literário José Francisco Botelho (2019) na revista *Veja*, nomeado de *A maldição de Poe*, fui provocado à leitura de um texto de Edgar Allan Poe – *A filosofia da composição* – no qual o autor emulava o que seria a abordagem platônica de uma escritura: elaborar um rigoroso planejamento e seguir à risca – até o final – o planejado. De outra parte, apresentava Botelho a perspectiva alternativa

⁸ Por evidente, não se devem desprezar as experiências intelectuais anteriores à minha frequência no IUPERJ. Refiro-me ao curso de Graduação em Ciências Sociais na UFRGS (1978-1981), ao Mestrado em Ciência Política naquela mesma universidade (1985-1988) e, sobretudo, às noites de leituras nos anos de 1991 e 1992 sobre os pensamentos liberal e conservador, os quais, eu confesso, mal conhecia e ainda como objetos negativos e rejeitáveis aprioristicamente. Às aulas instigantes do prof. Tavares (UFRGS), devo comentar igualmente as aulas do prof. João Guilherme Correa de Souza (também da UFRGS e sociólogo de formação) sobre cultura, política e intelectuais na América Latina, nas quais, com uma emocionada verve, ele conectava pontos aparentemente distantes. Era um oralista por excelência e desfilava interpretações sistêmicas nas quais a Sociologia era sempre política. Simplesmente brilhante e motivador aos estudos era o aporte cognitivo apresentado pelo saudoso prof. João Guilherme. Para a apresentação de uma breve biografia deste professor, ver Holzmann (s./d.). Por fim, findo essa homenagem aos excepcionais professores e professoras da UFRGS com os/as quais tive o privilégio de estudar, com a citação da professora Céli Regina Jardim Pinto, minha orientadora da dissertação no curso de Mestrado em Ciência Política: trata-se da personificação da seriedade e responsabilidade acadêmicas – além de ser uma excepcional professora e pesquisadora.

– de feição aristotélica – que preconizava uma dinâmica mais construtiva e contingente à redação de um texto: nada obstante um bom planejamento, sempre haveria uma invenção/criação no próprio ato cognitivo que constitui a escritura. De minha parte, sinto-me dividido em face dessas duas abordagens: o desenho dos capítulos da tese sempre foi bastante rígido, mas eu não subestimaria – ao revés – o surgimento de *insights* no engenho a escrita. Como é difícil escrever! Como é algo complexo ordenarmos as nossas ideias de forma à conciliação de textualidades diversas, tendo-se como foco uma autoria particular.

Outro ponto decisivamente importante é a preocupação com a isenção. Quando da leitura do copioso *Pensamento Econômico Brasileiro – O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, do já citado Ricardo Bielschowsky (1988), apercebi-me do quanto a linguagem empregada conferia consistência acadêmica a um trabalho (Sartori, 1981). Fascinei-me com o que li – tanto em relação ao conteúdo quanto à forma. O primeiro critério adotado era a preocupação descritiva – o que chancelava uma ética acadêmica irretocável: a adjetivação era absolutamente comedida. Eventuais juízos acerca dos objetos manuseados eram disciplinados através de um autocontrole prussiano. Busquei conduzir-me por esse caminho e darei um exemplo a seguir sobre como procedi – sempre procurando “proteger” o meu pesquisado de elementos valorativos já plenamente consolidados: as críticas (políticas) à atuação de Roberto Campos há muito desbordavam dos muros acadêmicos e dos tradicionais grupos à esquerda. O fato de ser definido ideologicamente como alguém de direita significava pouco diante de denúncias mais agressivas – por exemplo, o (suposto) “entreguismo” derivado de suas posições alinhadas aos Estados Unidos, o que seria hiperbolizado pelo apelido de *Bob Fields*, a ele conferido.

Veja-se, a título de exemplo, a seguinte passagem, constante no capítulo 3 da tese:

Neste capítulo explicitar-se-á a posição de Campos no debate desenvolvimentista. Esse, ocorrido no decorrer da década de 50 e inícios da de 60, expressou querelas anteriores – como observado anteriormente –, mas potencializou a discussão sobre os destinos do país pela linguagem da economia. De um lado, as expectativas positivas da primeira metade da década que viriam a ser corroboradas nos três primeiros anos do governo JK; de outro, o pessimismo do início dos anos 60 decorrente do acirramento das disputas ideológicas. A retórica desenvolvimentista teve sua dinâmica; o pensamento de Campos também – afastaram-se gradativamente no decorrer do tempo. Bielschowsky identificou cinco correntes de pensamento neste período. Segundo Campos, em suas *Memórias*, é a mais ‘sofisticada’ das classificações. Para os propósitos deste livro, bastará a sua redução a duas: a liberal e a desenvolvimentista. O objetivo deste capítulo será a apresentação da trajetória intelectual de Campos, destacando sua gradativa mudança de posição: partirá de uma posição claramente desenvolvimentista – ainda que bastante desfilhada do estruturalismo – e se aproximará gradativamente dos liberais. Entretanto, a qualificação de ‘ecletismo dinâmico’ parece ser a mais adequada para o exato posicionamento do autor no período: não foi um típico desenvolvimentista – assim como o foi Furtado –, e nem chegou ao liberalismo de Gudin nos anos 60. Campos foi um pensador influenciado pelo feixe de semânticas que compuseram o universo ideológico daquele momento –, mas permaneceu autônomo intelectualmente. E é esse discernimento que propiciará a marcação de sua originalidade. (Perez, 2021, p.111-112).

À explicação do contexto intelectual dos anos 1950 no âmbito da economia brasileira, segue-se a qualificação que também se pretende insípida: autonomia, discernimento e originalidade (a definir a posição do intelectual sob comento) – todos os termos seriam devidamente fundamentados no decorrer do trabalho. Como observação final neste item, considero oportuno admitir que eu sempre tive presente que essa preocupação com a isenção – reitero: uma busca incessante pela isenção – cobraria um preço significativo em minha vida acadêmica vindoura. E foi exatamente isso o que ocorreu. Uma exegese que se pretende anódina em relação a um objeto que não o é pode se confundir com os juízos proferidos por esse mesmo objeto. Pois bem: das muitas coisas que eu tenho motivos para arrependimentos no decorrer dessa minha miserável existência, essa busca por isenção na tese de doutorado não é uma delas.

O vislumbre da tese e a sequência do trabalho: um longo preencher de páginas

Quando da leitura das *Memórias* de Campos, diante da riqueza daquele texto, vislumbrei a possibilidade de uma tese doutoral nos termos inicialmente propostos. Mas a certeza somente se consolidou a pleno com a leitura dos primeiros artigos de feição acadêmica elaborados pelo economista, redigidos quando de sua frequência no curso de Mestrado em Economia na *George Washington University*, no decorrer dos anos 1940. Chamou-me a atenção, destacadamente, o artigo intitulado *Uma interpretação institucional das leis medievais da usura* (Campos, 1976, p.7-34). Impressionado com a qualidade do texto, já ali notei a erudição, a potência argumentativa e o rigoroso raciocínio lógico-cartesiano que caracterizariam uma das mentes mais criativas das elites brasileiras na segunda metade do século XX. Cesar Guimarães, mais uma vez, tinha razão: Roberto Campos e sua trajetória intelectual deveriam ser merecedores de um estudo com a profundidade exigida por uma tese doutoral.

E o trabalho continuava – sem parar. Mas que exercício sofrido a redação de um trabalho dessa envergadura. Que martírio! Quando eu alcançava três páginas por dia, já era motivo de alegria. A Selma ficou responsável pela digitação das citações designadas por mim – e depois eu posicionava as passagens no meu texto-matriz. Ocorre que em não poucas ocasiões eu não conseguia escrever nada. Repito: nada! E, nesses momentos, batiam a frustração e a angústia... até a emergência de um novo ciclo de redação. Na média, quando eu alcançava 15 páginas por semana (incluídas as citações e notas de rodapé), considerava um ótimo resultado. E a coisa ia se arrastando – como ouvi certa feita de alguém: “escrever um texto acadêmico é um torturante preencher de páginas e mais páginas”. Uma anotação que talvez eu deva fazer diz respeito aos tempos do trabalho diário: aprendi que iniciar o dia (descansado) pela leitura do que foi escrito no dia anterior ajudava em muito a revisão e a retomada da escrita. E lá pelas 16 horas cabia bebericar um café bem forte para reanimar o sistema neurológico.

Um dos momentos que não consigo esquecer – ao contrário – foi quando, já pelo correr do ano de 1997, postado em uma das escadarias internas das dependências do IUPERJ, encontrei o Cesar para conversarmos sobre a primeira peça textual a ele enviada por mim dias antes. Ele fez o sinal de positivo e disse “está tudo bem”, referindo-se ao texto, e solicitou-me alguns minutos para que iniciássemos a nossa conversa. Que alívio! Eu jamais esperaria aquilo. Havia lhe enviado a introdução e o capítulo 1, e parece que ele se sentiu satisfeito com o que leu, pois, nada obstante algumas justificadas críticas, me transmitiu um sentimento positivo. Nesse momento, eu já andava adiantado com o fichamento para a redação do Capítulo 2: ali, eu discorreria sobre os debates entre os liberais (críticos do planejamento e do intervencionismo estatais) e os desenvolvimentistas (antiliberais desenvolvimentistas ou keynesianos latino-americanos). Campos se posicionaria no entremeio: defendia um desenvolvimentismo com tonalidades liberais. Era um eclético – o que postulei ser uma característica constante de seu pensar.

Seguia o trabalho e a minha rotina excruciante. Trabalhava o dia inteiro e, para mitigar os efeitos deletérios do ficar sentado (literalmente), caminhava no final da tarde/início da noite. E aqui outra curiosidade referente ao Rio: quando colegas souberam que eu era caminhante, vieram algumas sugestões (de mais de uma pessoa): “não ande sem documentos”, pois há notícias de que pessoas solitárias (o que era o meu caso), quando perdem de alguma forma a consciência nas ruas e são levadas a socorro, correm o risco de terem os seus órgãos subtraídos. Na primeira vez em que ouvi isso, pensando ser uma piada, eu sorri; na segunda, não esbocei qualquer sorriso. Definitivamente, a experiência de vida no Rio de Janeiro é algo peculiar. Mas é claro que não havia somente tensões: no meio das tardes de sábado, eu me deslocava pela Estrada do Joá até o Parque Nacional da Tijuca e, de lá, após curtir o frescor da densa mata verde, ia até uma das praias da Barra da Tijuca já no final da tarde, quando os cariocas (que preferem ir à praia pela manhã) já tinham se retirado.

O Rio de Janeiro continuava lindo

Uma das delícias propiciadas pela leitura do texto de William Foote Whyte (*A Sociedade de Esquina*) é o contato com a descrição em nível micro das relações sociais naquele bairro “degradado” – esta adjetivação é dele: as pessoas interagem e estabelecem um padrão de conduta a partir do meio. O nosso herói pesquisador Whyte, que veio de um ambiente diferente e certamente mais refinado do que aquele no qual se inseria para estudar (ele era estudante de Harvard), demorou muito até se adaptar e conhecer a codificação adequada para se comunicar e ser minimamente aceito. O comportamento em meio a uma conversação e, sobretudo, a linguagem empregada definem a sua maior ou menor familiaridade em relação àquele ambiente específico. Se Whyte – não obstante a ajuda decisiva de “Doc”, seu amigo e interlocutor mais próximo – demorou para se enturmar por ali, eu admito que o Rio permaneceu uma esfinge para mim até o final do trabalho, quando tive de retornar à minha região. A seguir, julgo oportuno contar algumas pequenas “curiosidades” em relação ao Rio de Janeiro, as quais não pude deixar de notar.

Em minhas conversações com meu primo, ele contava que seus amigos “ofereciam” irmãs, primas ou conhecidas para namorar. Ele já estava acostumado com a situação, mas eu não (e, confesso, que não entendi aquilo direito). Em certo momento, ele me explicou que no Rio (capital) era muito comum as pessoas se conhecerem através de um “intermediário”. Recém-chegado, eu estava preocupado com outras coisas – tais como encontrar lugar para morar, planejar os estudos etc. – e não dei a menor importância àquilo. Pois bem: já nos primeiros dias de atividades no IUPERJ, fiquei amigo de uma figura simpática (que aqui declinarei o nome), também doutorando lá naquela digna instituição, e ele me convidou para uma janta com a sua esposa e uma amiga do casal. Jamais imaginei que aquele convite já sinalizaria alguma tentativa de aproximação de alguém com alguém. Fui a tal janta, gostei demais das companhias, e voltei faceiro para a minha casa, a fim de tocar o meu trabalho. Dias depois, voltei a encontrar o colega, que me fez comentários elogiosos (eu teria sido muito simpático etc.), mas os elogios teriam vindo especialmente da amiga do casal. Nesse momento, lembrei-me das conversas com meu primo sobre as estratégias de aproximação no Rio: e até eu, uma “toupeira” social, apercebi-me que aquilo significava algo. Não deu outra: dias depois, recebi um telefonema da amiga do casal e, educadíssima, sugeria um novo encontro. Constrangido e não sabendo o que responder, dei uma desculpa e fui cuidar da minha vida.

Outro fator a me chamar muito a atenção foi a “peculiar” sociabilidade do povo carioca. Peculiar para quem vem de fora, evidentemente. Desde os primeiros momentos, quando eu ainda estava procurando um lugar para morar (com deslocamentos constantes, portanto), fosse em paradas de ônibus, metrô ou outra situação que implicasse interação, eu notava uma disposição a conversar, como se as pessoas já se conhecessem. Como as primeiras conexões no Rio são facilitadas! Todo mundo conversa com todo mundo o tempo inteiro e em qualquer lugar. E mais: são conversas animadas, dotadas de muita emocionalidade, seja com gestos, sorrisos (de falta de simpatia aquele povo não pode ser acusado!), bom humor e o emprego constante da ironia – essa figura de linguagem que denota inteligência. A propósito desse ponto, corria uma piada (entre quem estava por lá mas não era do Rio) que a prova inequívoca de que era muito fácil ficar amigo de alguém naquela cidade é que, minutos após você conhecer aquela pessoa, ela já lhe convidava para visitá-la na casa dela – mas jamais lhe fornecia o endereço.

Mais um aspecto a ser registrado – ainda no que tange à sociabilidade do povo carioca – diz respeito ao “protagonismo na interação”. As pessoas “controlam a cena” – em especial, por evidente, nas elites. Eu frequentava alguns grupos das elites intelectuais, mas notei essa característica também nos setores de classe média: havia a predisposição para a “disciplina da interação” – a partir do controle da palavra. Em uma relação assim, alguém domina o cenário e, ao deixar implícito que “é óbvio que deve ser dessa forma”, naturaliza as posições naquele processo interacional. Fiz algumas experiências e provoqueei a inversão de posições – e as pessoas (meus interlocutores) não raro ficavam perplexas com aquela minha audácia: como um “matungo” originário de um interior insignificante (exatamente como eu) tinha a pretensão de questionar a universalidade de um carioca escolado? Há pouco – agora em 2022

– li o livro de título *A República das Milícias – Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*, de autoria de Bruno Paes Manso, e ali tive mais uma prova de que as minhas impressões expostas neste parágrafo não são absurdas: em uma das recomendações recebidas pelo pesquisador/entrevistador (paulista), talvez a mais forte tenha sido: a palavra é do seu entrevistado (um miliciano “aposentado”), o palco é dele e, em especial, não demonstre surpresa com nada do que ele afirmar – somente dessa forma ele se sentirá à vontade para continuar a sua exposição.

Há coisas incompreensíveis no Rio de Janeiro – sempre com destaque para o olhar de forasteiros, como eu. É visível que há um descompasso entre o mercado formal de trabalho e os níveis de consumo. Em qualquer lugar que você vá – eu incluo aí, em especial, os espaços de lazer da Zona Norte – está sempre cheio de gente. E são lugares que não podem ser caracterizados como acessíveis, ao revés. A pergunta que se impõe (como sempre) é: quem financia isso? A hipótese que apresento é sustentada por moradores com os quais tive contato frequente e reconhecem que há uma economia informal naquela cidade que é tão ou mais importante – à produção de emprego/trabalho e renda – quanto a formal. Desfrutei da amizade de um (numeroso) grupo de mulheres da Zona Norte, com as quais eu saía com alguma frequência, e constatava – o que era confirmado por conversas com elas – que aquela minha suposição era corretíssima: o mercado informal de trabalho – e aí algo decisivo: não somente o mercado de trabalho – era “subterrâneo”. Isso me permite contemplar a última peculiaridade que tem caracterizado o Rio, a questão da violência.

O que transparece para quem não mora no Rio, e é minimamente informado, é que naquela cidade impera a violência. São as querelas da polícia com o tráfico, deste com as milícias, disputa de territórios entre traficantes etc. Mas estou seguro de que a situação é muito mais grave do que aparece ao público externo: o bandidismo incrustado naquele sítio tem raízes profundas. Cito apenas uma situação que ilustra o quanto as atividades ilegais compõem a vida social carioca: a empregabilidade de setores de classe média proporcionada pelo tráfico: advogados, contadores, administradores participam daquela dinâmica, com suas expertises e tecnologias. Essa constatação elide a visada simplista, que não raro prevalece, de que haveria bandidos clivados da parcela saudável da sociedade carioca. Tenho presente que a afirmação a seguir é forte, mas penso poder sustentá-la em bases realistas: ilegalidades rotineiras constituem os processos interacionais da vida social carioca. O tão chamado “jeitinho” seria a sua face mais simpática.

No mesmo momento em que escrevo a versão preliminar deste texto – novembro/dezembro de 2023, assisti a uma série televisiva chamada *Vale o escrito – a guerra do Jogo do Bicho* [Globoplay – 7 episódios, 2023], que narra a história daquela notória atividade ilegal, que não é exclusiva daquelas paragens, mas lá encontra seu principal palco no plano nacional. Com um rico acervo de imagens recuperadas e detalhamentos das querelas, a série tem como principal atrativo as entrevistas com familiares e/ou prepostos – ou mesmo envolvidos secundários – dos gestores daquela lucrativa atividade econômica. Com tentáculos que se estendem a times de futebol, escolas de samba e inúmeros outros setores – tais como jogos em máquinas de caça-níqueis, por exemplo –, percebe-se o nível

de intersecção entre os interesses desses “empresários do Jogo do Bicho” com políticos (Prefeitura do Rio), empresários (setor de turismo e hotelaria) e os meios de comunicação (Rede Globo) – em regra, responsáveis pela transmissão do carnaval para o mundo inteiro. Com isso, acredito que o enfrentamento da violência na “Cidade Maravilhosa” é uma operação muito mais complexa do que as ações reativas e contingenciais improvisadas a que temos assistido.

Epílogo: este teria sido um texto sobre o não dito?

Alguém já se referiu às teses de doutorado como “partos sem anestesia”. Pois bem, permitindo-me o emprego da metáfora, a minha sem dúvidas o foi. Findei o trabalho no início de 1998 e, após as revisões de praxe, feitura de cópias e encadernações, entreguei a versão final ao orientador em fevereiro daquele ano⁹. Em 19 de fevereiro, uma quinta-feira escaldante, à tarde, parti do Rio, de carro, em direção ao Rio Grande. Era meio de tarde, e o congestionamento, enorme: da Tijuca à Avenida Brasil, saída da cidade, minha consorte e eu demoramos em torno de duas horas – e o tempo mudou. Antes ainda de alcançarmos a famosa via, uma chuva torrencial abateu-se sobre nós, e as ruas se alagaram. Ficamos parados no trânsito até a meia-noite, quando conseguimos tomar o caminho de Vassouras (sul do estado do Rio), na casa de familiares, onde pernoitaríamos. É: não se trata de exagero afirmar que a minha estada no Rio foi um drama – até o último minuto.

As reações de Cesar ao trabalho – com a sua habitual lhanza – não me asseguravam tranquilidade suficiente à defesa, a ocorrer em futuro próximo. Na verdade, não foi tão próximo assim: dificuldades de agenda da banca posicionaram a data da defesa para 14 de julho de 1998, uma segunda-feira. Compareci ao IUPERJ na data apazada – sem antes tentar me preparar para enfrentar uma banca de “peso”. Foi muito honroso, para um dublê de intelectual do interior perdido tal qual eu, ser interpelado por Eli Diniz, Renato Bosqui, Renato Lessa e Marcelo Jasmin – além de meu orientador. As suas críticas, que duraram cinco horas, foram tão duras com o texto na exata medida em que, inversamente, foram generosas comigo. Só me cabia incorporar as críticas e sugestões, pois tudo era relevante. Em apenas um ponto tentei sustentar a posição embainhada na tese – e verbalizada por mim na apresentação oral: Roberto Campos não se limitava a ser um “repetidor”¹⁰ de vozes

⁹ Entretanto, antes de enviar a versão final do texto ao Cesar, fui contemplado com uma leitura crítica de um colega e amigo, que também cursava o doutorado no IUPERJ, Luis Gustavo Mello Grohmann (mas que lá havia chegado depois de mim). Não esqueço daquela manhã de sexta-feira, já no anoitecer de 1997: com o texto na mão e com um sorriso irônico no rosto, me indagou: “Isso aqui não é somente história, não é, Reginaldo?”. Por fim, sugeriu – com correção – que eu poderia fundamentar a elaboração do trabalho como sendo uma “apresentação do pensamento de Campos”. Eram muito agradáveis as visitas do Luis Gustavo à minha casa às sextas-feiras pela manhã naquele longínquo ano de 1997, quando, a pé, íamos almoçar em um restaurante vegetariano na Vila Isabel. Eu me divertia com os sustos do meu amigo (morador de Copacabana), quando, no caminho, ouvíamos ao longe o barulho de tiros.

¹⁰ Os membros da banca não afirmaram exatamente isso, mas provavelmente tenham feito uma provocação de caráter acadêmico.

advindas do exterior. Eu postulava – e remanesço postulando – que o seu ideário era dotado de criatividade e de autonomia próprias.

Hospedado em um hotel barato nas imediações do IUPERJ, quase não dormi naquela primeira noite após a defesa da tese. Um enorme mal-estar bateu-se sobre mim, e não conseguia esquecer as minhas inúmeras falhas na defesa do trabalho. Impunham-se as perguntas: “por que eu planejei a apresentação assim?”, “por que eu não adotei outro caminho?”, “qual teria sido a melhor resposta diante daquela pergunta?”. Enfim, a minha “performance” não foi nada boa. Cesar, meu inestimável guardião, fez o que pôde para me ajudar – mas não creio que tenha conseguido me salvar do juízo íntimo final da banca. Depois do que ouvi, só entendo a minha aprovação como um gesto magnânimo dos membros da banca em relação ao Cesar, antes do que a mim. Aquela, definitivamente, não foi uma boa experiência – e aí talvez nos aproximemos, no limite, do que aqui se está a tratar em última instância: o processo cognitivo como sofrimento – tendo-se este como causa ou consequência.

Foi com a leitura do artigo clássico *A ciência como vocação*, de Max Weber, que firmei convicção acerca da proximidade entre o (buscar) saber e o (efetivo) sofrer: as racionalizações contidas nos processos cognitivos resultam de uma tensão jamais resolvida entre o procurar, o achar alguma coisa de forma limitada – e o continuar buscando. Bem entendido, o fim se constitui no próprio meio. Eis a chave: a ciência está decisivamente irmanada a questões de ordem existencial. Concluo este parágrafo de forma assumidamente anacrônica: um dia antes da defesa de minha tese doutoral, o Brasil havia perdido para a França a final da Copa do Mundo de 1998. Diferentemente de outras situações em que o meu ceticismo também havia prevalecido – por exemplo, o meu juízo denegatório ao desempenho da seleção brasileira vencedora da Copa de 1994 –, agora parecia que a minha capacidade analítico-interpretativa se havia refinado: intimamente, eu não tinha qualquer dúvida de que o escrete da França era notoriamente favorito àquela disputa.

Muito tempo depois daquele longínquo 1998, relendo o famoso poema *No meio do caminho* de Drummond (Andrade, 1928), afirmo que no meu caminho não havia apenas uma pedra, mas várias. Independentemente da interpretação que se dê à verbiagem do poeta mineiro, impõe-se o reconhecimento do papel da dor no processo que nos conduz à condição de sujeitos cognitivos – e de seres humanos maduros. Adiro à exegese que sublinha o termo “pedra” como uma hipértese de “perda” no poema. Tratar-se-ia, por conseguinte, de uma perda – no caso, a morte prematura de um filho do escritor. A honrosa publicação de minha tese na forma de um livro pela FGV/RJ em 1999 – e a sua não menos honrosa republicação pela Editora da UFSM em 2021 –, o uso da obra em cursos de pós-graduação pelo país (bem como em programas de estudos latino-americanos nos Estados Unidos), e outros possíveis sinais de que a obra tenha alcançado algum mérito acadêmico – que, por certo, atribuo, de um lado, sem qualquer dúvida à importância da figura de Roberto Campos e, de outro, à sapiência de Cesar Guimarães – não podem esconder essa dimensão agônica de sua fabricação: o do drama humano no entorno da “filosofia da composição”, repetindo os termos de Poe.

Neste último parágrafo, julgo oportuno retornar ao clássico texto de Foote Whyte. Em uma das anotações de alguém na nossa sala de aula, foi de que aquele trabalho expunha tanto quanto escondia. Penso que essa é uma das funções da racionalização contida na palavra: ela tanto informa quanto omite. O exemplo citado na ocasião lembrava que o “objeto” do autor eram as gangues de um bairro de imigrantes italianos da periferia de Boston, mas que alguns detalhes provavelmente teriam sido omitidos. Lendo-se o texto absolutamente sedutor daquele autor – que queria ser escritor e se transformou em cientista social –, somos conduzidos a subestimar as ausências, mas elas por certo existem. Afinal, estamos considerando ações de grupos sociais que atuam em campos exógenos à legalidade (Whyte admitiu a sua participação em alguns crimes graves). Com isso, obrigo-me a admitir que essas linhas que por aqui concluo também devam conter significativas omissões – sejam elas conscientes, sejam inconscientes –, pois o tempo possui essa capacidade de turvar a nossa percepção das coisas à nossa volta, nos precisos termos do intelectual citado na epígrafe: “[tentar] clarificar em minha memória, na medida do possível, os traços confusos que formaram a fisionomia indecisa de meu tempo” (Tocqueville, 1991, p.33).

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *No meio do caminho*. 1928. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/carlos-drummond-de-andrade/807509>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BOBBIO, Norberto. Pareto e a crítica das ideologias. In: BOBBIO, Norberto. *Ensaio escolhidos: história do pensamento político*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: C. H. Cardim Ed., s/d., p. 127-155.
- BOTELHO, José Francisco. A maldição de Poe. *Veja*, 5 jun. 2019, p.99.
- BRADBURY, Malcolm. *O mundo moderno: dez grandes escritores*. Trad. Paulo H. Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Ensaio de História Econômica e Sociologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: APEC, 1976.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- HOLZMANN, Lorena. *João Guilherme Correa de Souza*. s/d. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/joao-guilherme-correa-de-souza>. Acesso em: 9 nov. 2023.
- JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *RBCS*, v. 20, n. 57, fev. 2005.
- MANSO, Bruno Paes. *A República das Milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.
- MORAVIA, Matheus de Sá; REZENDE, Rafael. César Guimarães: Um professor. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v. 8, n. 14, 2019, p.84-90.

- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-1995)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira. *O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-1995)*. Santa Maria/RS: Ed. da UFSM, 2021.
- POE, Edgar Allan. A filosofia da composição. In: POE, Edgar Allan. *Poemas e ensaios*. Trad. Oscar Mendes e Milton Amado. 3ª. ed. revista. São Paulo: Globo, 1999.
- SARTORI, Giovanni. *A Política: lógica e método nas ciências sociais*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UNB, 1981.
- SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and theory*, v. 8, n. 1, p.3-53, 1988.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. Trad. Modesto Florenzano. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VALE o escrito: a guerra do Jogo do Bicho. Direção: Fellipe Awi, Ricardo Calil e Gian Carlo Bellotti. Rio de Janeiro: Netflix, 2023 [sete episódios].
- VALSA com Bashir. Direção: Ari Folman. Israel, França, Alemanha, 2009.
- WEBER, Max. A ciência como vocação. In: GERTH, Hans. H.; WRIGHT MILLS, C. (Org.). *Ensaio de Sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. 5.ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982. p.154-183.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade da esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Trad. Maria Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Recebido em: 02-04-2025

Modificado em: 18-07-2025

Aceito em: 07-08-2025

Reginaldo Teixeira Perez

Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ/UCAM (1998). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSociais) – UFSM.